



APRESENTANDO

A JORNADA

Mais uma vez, a Iniciativa de Gênero põe em pauta o tema do desenvolvimento a partir do ponto de vista dos movimentos de mulheres. A oportunidade surgiu quando da celebração, entre os dias 7 e 13 de março de 2002, da 43ª Assembléia Geral do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Fortaleza, evento que mobilizou manifestações contrárias às políticas liberais adotadas por este Banco e pelos governos reunidos na capital cearense. Na ocasião, o movimento de mulheres marcou sua presença entre as manifestações da sociedade civil com uma série de atividades de mobilização e debate público, envolvendo organizações não governamentais, fóruns de mulheres e movimentos mistos de diferentes estados do País. Estas atividades constituem a Jornada Feminista pela Justiça de Gênero no Desenvolvimento, cujos principais conteúdos você estará conhecendo nesta publicação.

Desde 1999, a Iniciativa vem insistindo na necessidade de incorporar, no leque de ações dos movimentos de mulheres, a luta pela reorientação dos projetos e programas de desenvolvimento financiados pelas Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs). Consideramos que o modelo de desenvolvimento defendido por estas instituições não é democrático e nem sensível às questões decorrentes da desigualdade de gênero, favorece a concentração de renda e fortalece as desigualdades já existentes tanto entre os países como no interior de cada nação. Nós, mulheres, sofremos os impactos desses projetos a partir da nossa situação marcada pela desigualdade de gênero, arcando com os custos da diminuição do orçamento do Estado para as áreas sociais (diminuição exigida pelas políticas liberais) e vendo nossa qualidade de vida seriamente afetada por iniciativas que causam a destruição do meio ambiente e introduzem dinâmicas perversas para nossa inserção, como é o caso do turismo sexual.

QUEM FEZ A JORNADA

Construíram e engajaram-se no processo

SOS Corpo, Esplar,
Coletivo Leila Diniz,
Centro das Mulheres do
Cabo, Instituto Terramar,
Ceahs, Centro Josué de
Castro, Fase, GAM, Ibiss,
Inter-ativa, Pólis, Fase,
Cfêmea e Aditepp.

Mobilizaram as organizações de mulheres

Fórum de Mulheres de
Pernambuco, Fórum
Cearense de Mulheres,
Fórum de Mulheres do Rio
Grande do Norte, Mmtr-NE
, Coletivo de Mulheres da
Fetraece, Cunchã Coletivo
Feminista.

Promoção

Iniciativa de Gênero

Parcerias

Rede Brasil e Articulação
de Mulheres Brasileiras.

Apoio

Cese, Intermón, Novib.

De olho nessa situação, muitas organizações ligadas à Iniciativa já estão realizando ações para exercer controle social sobre os projetos de desenvolvimento financiados pelas IFMs. Em alguns estados, estão sendo realizados estudos que mostram os efeitos desses projetos no cotidiano das mulheres moradoras em áreas supostamente beneficiadas. Têm acontecido, também, oficinas e debates sobre o desenvolvimento, tentando sempre articular questões macro-econômicas e políticas com a dimensão cotidiana. A publicação de dois Cadernos da Iniciativa tem nos ajudado bastante nesse sentido, abrindo a possibilidade de produzir um discurso feminista posicionado em face do modelo de desenvolvimento que temos e daquele que queremos para o nosso País. Na Jornada Feminista pela Justiça de Gênero, alguns dos aprendizados dessa caminhada foram colocados, com o objetivo de fortalecer ainda mais esse movimento e dar maior visibilidade ao nosso debate.

A Jornada aconteceu entre os dias 7, 8 e 9 de março de 2002, com ações articuladas em Fortaleza e no Recife. O eixo central das atividades foi a avaliação, denúncia e discussão das intervenções de desenvolvimento, na perspectiva da luta pela igualdade de gênero. Aproveitando a circunstância política, atenção especial foi dada à análise dos impactos de projetos e programas financiados pelo BID, discutindo casos concretos, bem como participando das mobilizações da sociedade civil.

Meses depois, podemos afirmar que a Jornada foi um momento de fortalecimento das redes de organizações de mulheres e organizações mistas para um monitoramento mais efetivo da ação das IFMs. Possibilitou, também, juntar informações que estavam dispersas e fazer com que todas as participantes saíssem com uma idéia mais clara sobre os efeitos dos projetos financiados pelo BID, bem como a respeito das mobilizações da sociedade civil. Por fim, a Jornada teve impacto no debate público, pois abriu a discussão de gênero no desenvolvimento para diversos atores: manifestantes de movimentos sociais não feministas que estavam nas manifestações de repúdio ao BID, mulheres diretamente atingidas por projetos financiados pelo BID, feministas e ativistas do movimento de mulheres, bem como a opinião pública através da presença nos meios de comunicação de massas.

Ações como a Jornada mostram que o feminismo tem muito a contribuir nas lutas dos movimentos sociais que andam na contramão da globalização econômica e do neoliberalismo. O objetivo desta publicação é justamente dar relevo a essas contribuições, resgatando um momento muito importante para o fortalecimento da ação da Iniciativa de Gênero no monitoramento das intervenções financiadas pelas IFMs no Brasil. ■

Agenda da JORNADA

06:00

Quinta-feira, 7 de março

Início da **Caravana** Recife-João Pessoa-Natal-Fortaleza, atividade organizada pelos Fóruns de Mulheres de Pernambuco e Rio Grande do Norte e por organizações feministas da Paraíba.

Veja mais informações na página 26.

19:00

Debate com lançamento do Caderno Ajuste Estrutural, Pobreza e Desigualdade de Gênero, atividade organizada pela Iniciativa de Gênero. Local: Sintufce, Fortaleza

Maiores informações na página 06

Sexta-feira, 8 de março. DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Eventos da Praça da Bandeira – Fortaleza

09:00

Instalação da **mostra-denúncia sobre sexo turismo**, organizada pelo Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte

09:00 as 13:00

Ato Testemunhos, organizado pela Iniciativa de Gênero.

Leia os testemunhos na página 10

Leitura do Manifesto Feminista pela Justiça de Gênero

Na íntegra na página 04

Tomando as ruas

15:00

Marcha das Mulheres pelas ruas centrais de Fortaleza, organizada pelo Fórum de Mulheres Cearenses.

Informações na página 26

Enquanto isso, no Recife...

14:00

A **Marcha das Margaridas** ocupa as ruas centrais da cidade. O evento foi organizado pelas mulheres rurais do MMTR e da Comissão Estadual de Mulheres da Fetape. A vinculação com a Jornada Feminista pela Justiça de Gênero se fez pela leitura do Manifesto em praça pública em dois momentos da manifestação.

Leia mais sobre a Marcha na página 22

Sábado, 9 de março

09:00 as 13:00

Oficina de reflexão com mulheres rurais e marisqueiras, abordando o ajuste estrutural e a destituição de direitos. Aconteceu no Sintufce, em Fortaleza.

Para saber mais sobre a oficina, vá para a página 09

09:00 as 13:00

Panfletagem pelas ruas centrais e praias de Fortaleza. Atividade organizada pelos fóruns de mulheres de Pernambuco e Rio Grande do Norte e por organizações feministas da Paraíba.

Informações na página 26.

09:00 as 13:00

Participação da Iniciativa de Gênero no debate sobre **A violência silenciosa do desenvolvimento**, que integrou o seminário “Os Impasses do desenvolvimento e o papel das multilaterais na América Latina”. Local: Sintufce, Fortaleza.

Veja comentário sobre debate na página 08.

Retorno da Caravana.

O nosso Manifesto

Toda mobilização da sociedade civil é norteada por uma compreensão da realidade e por um projeto de transformação social. Na Jornada, as idéias e o projeto dos movimentos de mulheres foram inscritos no *Manifesto pela Justiça de Gênero no Desenvolvimento*, documento que foi elaborado em conjunto por vários enlaces nacionais da Iniciativa de Gênero. O Manifesto foi lido nos momentos mais significativos da nossa mobilização: na Praça da Bandeira, logo após o Ato Testemunhos, na Marcha das Mulheres no 8 de março em Fortaleza e também no Recife, na Marcha das Margaridas organizada pelas mulheres rurais para comemorar o Dia Internacional da Mulher. Confira o texto agora.

PELA JUSTIÇA DE GÊNERO NO DESENVOLVIMENTO

Vivemos num tempo de fortalecimento da economia de mercado que concentra riqueza, produz e reproduz pobreza. Vivemos num tempo de ampliação das políticas neoliberais, que esquecem a idéia de justiça e fazem da solidariedade uma alternativa despolitizada para aliviar problemas sociais, sem contudo resolvê-los. Vivemos num tempo de fracasso das políticas de desenvolvimento, que apenas têm contribuído para aliviar alguns problemas, sem entretanto reduzir as desigualdades entre os países, os governos, as pessoas. É por isso que as mulheres vêm às ruas, em meio ao contexto da reunião do BID no Brasil.

O desenvolvimento econômico dos países está modelado pela implacável dominação das empresas transnacionais. A Organização Mundial do Comércio e as Instituições Financeiras Multilaterais - o

FMI, o Banco Mundial e o BID - todas organizações internacionais geridas por representantes governamentais e que deveriam promover o direito ao desenvolvimento, estão cada vez mais comprometidas com os interesses empresariais, a defesa do mercado e as políticas neoliberais.

Na América Latina e no Brasil não é diferente. As políticas públicas estão orientadas para o interesse do mercado financeiro e do capital produtivo. Em função disto, os mercados dos países latino-americanos são abertos sem limites e regras para as empresas de outros países; nas relações internacionais rejeita-se políticas de proteção a empresas do Terceiro Mundo, nossas empresas estatais são privatizadas, o orçamento na área social é reduzido ou desmantelado. E tudo em nome do desenvolvimento.



O resultado é mais desigualdade, mais injustiça e mais exploração do trabalho das mulheres. Sempre que diminui o gasto social do Estado com os serviços públicos – incluindo saúde, educação e fornecimento de água – ou quando os serviços são privatizados, são as mulheres que ficam com a sobrecarga de encontrar as soluções para os problemas cotidianos e para garantir o direito de suas famílias a esses serviços.

A POBREZA, A EXPLORAÇÃO E A OPRESSÃO DAS MULHERES SÃO A FACE DA INJUSTIÇA. A JUSTIÇA SÓ É GARANTIDA PELA AÇÃO POLÍTICA E PELA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.

A pobreza e a desigualdade não podem ser entendidas como separadas dos processos econômicos e estes não podem ser pensados fora da política. Os organismos multilaterais de desenvolvimento são pouco transparentes e limitam o espaço para participação e controle social por parte das sociedades civis que são diretamente afetadas por suas políticas. Os espaços políticos ainda são muito fechados para as mulheres. Além disso, a estrutura do cotidiano não mudou, o trabalho doméstico e o cuidado com crianças ainda é tarefa das mulheres. Assim, as mulheres continuam com menos tempo do que os homens para reali-

zar trabalhos remunerados e fazer política. Esta é a forma pela qual as mulheres foram transformadas em minoria política.

TODO PROBLEMA É UM PROBLEMA DE MULHERES.

O DESENVOLVIMENTO E A INJUSTIÇA TAMBÉM SÃO PROBLEMAS DAS MULHERES.

Movimentos de mulheres exigem dos governantes reunidos em Fortaleza que assumam sua responsabilidade para com a justiça econômica, social, ambiental, cultural e de gênero, uma vez que entendemos que:

- ♦ O comércio precisa ser regulado pelos países e não pelas empresas.
- ♦ As políticas de ajuste precisam ser suspensas imediatamente.
- ♦ Os países devem garantir os direitos de todas as pessoas aos serviços e bens que assegurem uma vida digna, saudável, criativa e feliz.
- ♦ A efetivação dos direitos sociais deve ser a prioridade de todos os governos.
- ♦ A garantia dos direitos trabalhistas e a proteção a todas as pessoas que trabalham precisam ser ampliadas.

♦ O meio ambiente precisa ser defendido contra os interesses das empresas que exploram e destroem os recursos naturais.

Dados da injustiça no mundo – Relatório 2001.

Observatório da Cidadania.

Os 20% mais ricos da população mundial ganham 74 vezes mais do que os 20% mais pobres.

As mulheres ainda constituem mais de 70% do 1,3 bilhão de pobres no mundo

O número de mulheres no campo que vive na pobreza absoluta aumentou em 50% nas últimas duas décadas enquanto esse crescimento foi de 30% para os homens.

Em 1995, as mulheres ocupavam 10% dos cargos eletivos nos governos do mundo. Seis anos depois, esse percentual subiu APENAS para 12,7%.

SEM JUSTIÇA NÃO HÁ DESENVOLVIMENTO

SEM IGUALDADE DE GÊNERO NÃO HÁ JUSTIÇA

Fortaleza, 7, 8 e 9 de março de 2002.

Jornada Feminista pela Justiça de Gênero no Desenvolvimento

Iniciativa de Gênero.

Desenvolvimento, políticas de ajuste e o BID

Um dos eixos da Jornada foi o debate crítico sobre as diretrizes políticas do BID. Três atividades da Jornada estiveram especialmente inseridas nos debates dessas políticas: o lançamento de um caderno sobre Ajuste Estrutural publicado pela Iniciativa de Gênero; a participação numa das mesas do Seminário *Os impasses do desenvolvimento e o papel das multilaterais na América Latina*; e a realização de uma oficina de reflexão sobre o ajuste e a destituição de direitos com mulheres rurais e marisqueiras. Nas próximas páginas, você poderá acompanhar algumas questões desses debates.

Lançamento atualiza informações sobre o BID

Cresce o financiamento das políticas de ajuste pelos bancos multilaterais de desenvolvimento. Esse foi o eixo do debate no lançamento da publicação *Ajuste Estrutural, Pobreza e Desigualdade de Gênero: Um caderno feminista de informação e reflexão para organizações de mulheres*, que aconteceu na noite do dia 7 de março de 2002, na sede do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do Ceará (Sintufce). Elaborado pela Iniciativa de Gênero, o Caderno inclui textos informativos, roteiros para oficinas e análises, tudo sobre o tema do Ajuste Estrutural e suas consequências para as mulheres. O lançamento deu início às atividades da Jornada Feminista pela Justiça de Gênero no Desenvolvimento na capital cearense. Diante de um público composto por integrantes da Iniciativa de Gênero e alguns convidados, Flávia Barros (Rede Brasil) e Sílvia Camurça (SOS

Corpo, atual Secretária Executiva da AMB) apresentaram a Iniciativa de Gênero, falaram sobre a publicação e ainda trouxeram dados atualizados sobre os investimentos realizados pelo BID no Brasil.

A Rede Brasil tem acompanhado a evolução da carteira de crédito das instituições financeiras multilaterais no País. Em recente análise¹, Flávia Barros sistematiza as informações que apresentou em Fortaleza. Ela mostra que existe uma confluência entre as políticas do FMI, do Banco Mundial e do BID com o objetivo de aprofundar a aplicação das reformas neoliberais em curso no Brasil desde o início dos anos 90. Por ocasião do último acordo firmado entre o Governo brasileiro e o FMI, o Banco Mundial e o BID negociaram empréstimos adicionais no valor de US\$ 3 bilhões. Há uma certa ambigüidade nos discursos oficiais do Governo FHC e dos bancos a respeito do destino desses novos recursos, mas desde o início foi possível perceber seu comprometimento para que haja a continuidade das reformas do ajuste no futuro governo Lula, eleito em 2002.

Segundo a análise de Flávia Barros, o aumento do financiamento dos bancos às políticas de ajuste estrutural tem se acelerado bastante a partir dos dois acor-

¹ “A participação do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento no novo acordo do Governo brasileiro com o Banco Interamericano de Desenvolvimento”, Brasília, setembro de 2002 – versão preliminar.

dos com o FMI, o primeiro deles em novembro de 1998 e o segundo em agosto de 2002. Para se ter uma idéia, o primeiro relatório do Banco Mundial sobre a implementação das estratégias de assistência de 2001 abre a possibilidade de redirecionamento de mais de 70% dos recursos para financiar operações de ajuste² ! Outra informação no mesmo sentido é a inauguração, no primeiro semestre de 2001, de uma nova linha de créditos, pelo Banco Mundial, que libera os recursos somente após a implementação de reformas previamente pactuadas com o Governo. Os chamados “empréstimos de ajuste programático” servem, na prática, para equilibrar a balança de pagamento e pressionar em favor da realização de reformas neoliberais.

No caso do BID, há uma dificuldade adicional pois o Banco utiliza nomenclaturas e fórmulas que mascaram o repasse de recursos para o ajuste. O “Empréstimo Setorial para Promoção do Capital Humano”, por exemplo, aparenta estar voltado para o setor social e para o combate à pobreza, incluindo subsídios para a “Bolsa Alimentação”, a “Bolsa Escola” e o “Agente Jovem”. Entretanto, a resolução do Senado é muito clara quanto ao que se espera desses recursos: *“apoiar a balança de pagamentos da Mutuária e as medidas adotadas pelo Governo Federal para a manutenção do nível de despesas e de investimentos públicos nos programas de transferência condicionada de renda”*³.

Para os movimentos sociais, o crescente financiamento às reformas necessárias ao ajuste significa um desvirtuamento da suposta missão dos bancos multilaterais, que é a promoção do desenvolvimento. Uma das teses do Caderno lançado em Fortaleza é que as políticas de ajuste não levaram o desenvolvimento aos

países em que foram aplicadas. Entretanto, é bom lembrar que os bancos multilaterais nasceram no contexto da Guerra Fria e num ambiente marcado pela hegemonia crescente do pensamento liberal, hoje neoliberal, dominado pela crença no livre mercado como instrumento de regulação das relações entre os países. Por isso, a idéia de desenvolvimento que orientou as IFMs ao longo da sua história distancia-se substancialmente do debate mais recente sobre desenvolvimento aliado à justiça social e ambiental, bem como à promoção dos direitos humanos.

O QUE SÃO AS POLÍTICAS DE AJUSTE?

De forma resumida, as políticas de ajuste podem ser definidas como um leque de medidas governamentais que foram e estão sendo desenvolvidas na maioria dos países do chamado Terceiro Mundo, entre eles o Brasil. Tais políticas seguem um

padrão semelhante que compreende, entre outros aspectos, a redução da responsabilidade social do Estado, a ênfase na estabilidade da economia, a abertura dos mercados nacionais para o capital internacional e a privatização das empresas estatais.

A aplicação das políticas de ajuste é orientada e estimulada por diferentes meios, sendo implementadas sobretudo através de acordos assinados entre os governos nacionais e as Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs). Nesse caso, as políticas de ajuste emergem como condicionalidades ou exigências para consecução de empréstimos junto ao Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e bancos regionais, como o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID).

Fragmento do Caderno lançado em Fortaleza

² A informação está na página 9 do documento de Flávia Barros.

³ A informação está no texto de Flávia Barros, página 11, extraída da resolução nº 27 do Senado Federal, com data 13/06/02.

No sistema multilateral de governança global, que inclui as Nações Unidas e seus organismos diversos (Unicef, Unifem, etc.), os bancos multilaterais conformam o núcleo duro de resistência à incorporação das dimensões sociais como aspectos relevantes no desenvolvimento, embora o estejam fazendo paulatinamente na esfera do discurso. Neste sentido, nada de diferente poderia se esperar destas organizações. Enfim, tratar do financiamento às políticas de ajuste é, inevitavelmente, questionar a pertinência das instituições financeiras multilaterais e avaliar seus limites na promoção do desenvolvimento.

O desenvolvimento em debate

A violência silenciosa do desenvolvimento. Esse foi o tema de uma das mesas que integrou o Seminário “*Os Impasses do desenvolvimento e o Papel das Multilaterais na América Latina*”, promovido pela Rede Brasil. A mesa, que aconteceu na manhã do dia 9 de março no Sintufce, teve como palestrante principal Manuel Chirigoba, Diretor Geral da Associação Latino-americana de Organizações de Promoção (ALOP). Debatendo suas idéias estiveram Adhemar Mineiro (Associação dos Economistas da América Latina e Caribe) e Sílvia Camurça (atual secretária executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras), que enfocou a violência simbólica imposta pelo discurso hegemônico do desenvolvimento na América Latina.

O conceito de violência simbólica foi desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu para referir um tipo de violência que se faz através do imaginário e do pensar das pessoas e dos grupos. Foi inicialmente adotado pelo autor para descrever o tipo de violência que a ideologia patriarcal impõe às mulheres. A violência simbólica inflige uma coerção no modo de ser, agir e pensar das mulheres. Esta coerção se institui pela hegemonia de um pensamento de tal forma incorporado que deixa o dominado (no caso, as mulheres) sem alternativas para pensar o mundo e para se pensar, a não ser partindo da lógica do pensamento dominante. Ou seja, o dominado passa a compartilhar o pensamento do dominante.

Podemos aplicar esta idéia para o debate sobre desenvolvimento e as relações de poder e dominação entre países. O desenvolvimento, além de ser um conjunto de ações e processos, é também um pensamento, um conjunto de idéias que cria uma forma de interpretar os países e as populações. A forma hegemônica de definir o que é desenvolvimento, como se avalia o desenvolvimento e o que é melhor nos processos de desenvolvimento foi elaborada nos países do Norte, especialmente nos Estados Unidos e nos países da Europa ocidental, nos anos 40 e 50 do século XX. Desde essa época, criaram-se diversos centros universitários para formar técnicos em desenvolvimento, foram organizados cursos de especialização e se produziu e publicou todo tipo de interpretação sobre os países latino-americanos. De forma semelhante ao que ocorre na situação de dominação simbólica vivida pelas mulheres, as populações da América Latina estão sujeitas à violência simbólica, compartilhando muitas das idéias sobre si mesmas que foram elaboradas pela inteligência dos organismos de desenvolvimento. Passamos a nos interpretar e nos pensar a partir dessa mesma lógica.

Grande parte de nossas populações considera que o único estilo de vida realmente desenvolvido e moderno é aquele dos Estados Unidos e dos países europeus ocidentais industrializados. Tomamos como ideal a cultura dessas sociedades, queremos tornar nossa arquitetura parecida com a das suas cidades e nos colocamos a serviço da integração econômica com eles. Temos enorme dificuldade em pensar o desenvolvimento a partir de parâmetros próprios, externos às idéias elaboradas nesses países e que foram impostas aos nossos. Os teóricos das nossas universidades se formam nas universidades deles, nossos jornalistas se inspiram nos jornalistas deles e os burocratas dos organismos de desenvolvimento latino-americanos copiam a burocracia dos organismos sediados e comandados por esses países. Assim, a interpretação sobre nossa cultura, nosso País, nossa gente vai nos sendo

imposta contra qualquer outra alternativa para pensarmos sobre nós mesmos, a não ser na perspectiva dos países dominantes. As instituições financeiras multilaterais são especialmente relevantes no processo de violência simbólica do desenvolvimento, pois funcionam como inteligência auxiliar dos governos latino-americanos, impondo silenciosamente uma forma de pensar o futuro dos nossos países.

Essa mesma inteligência esquece, porém, de evidenciar o contexto das relações de poder entre a Europa e os Estados Unidos, que disputam na região das Américas os rumos do crescimento econômico e seus interesses particulares, muitas vezes com a conivência dos governos e das elites locais. Desta forma, os debates sobre o desenvolvimento da América Latina, na sua vertente hegemônica, são ao mesmo tempo descontextualizados e mistificadores, contribuindo para a não superação de entraves que impedem o real desenvolvimento da área. Essa dupla feição dos debates é o exemplo mais claro de como se exprime o poder simbólico no campo do desenvolvimento.

Diante desse tipo de violência, somente o pensamento alternativo e crítico elaborado a partir dos interesses e perspectivas próprias de nossas sociedades poderá nos libertar e nos colocar na condição de sujeitos. Os movimentos sociais têm especial responsabilidade nesse contexto, por suas lutas para constituírem-se como sujeitos com discurso próprio, bem como para equilibrar os poderes econômicos e simbólicos.

Discutindo o ajuste com as mulheres

A luta pelos direitos das mulheres é a luta pelo desenvolvimento sem Ajuste Estrutural. Esta foi uma das conclusões da oficina sobre *Os Direitos das mulheres e o Ajuste Estrutural* realizada no marco da Jornada pela Justiça de Gênero no Desenvolvimento, na manhã do dia 9 de março na sede do Esplar. A oficina reuniu pescadoras e trabalhadoras rurais do Ceará, mulheres que

detêm forte liderança nas suas comunidades e que estiveram participando das diversas manifestações da sociedade civil em resposta à reunião do BID em Fortaleza. A oficina foi organizada pelo Esplar e pelo Instituto Terramar, e coordenada por Analba Brazão, do Coletivo Leila Diniz, e Elizabeth Ferreira da Cruz, do Esplar.

Esta foi a avaliação de uma das coordenadoras, Analba Brazão: *“A oficina foi muito interessante e ultrapassou nossas expectativas. Muitas foram as contribuições das mulheres, notadamente a compreensão sobre o que são direitos, quais os direitos que temos e como fazer para que tenhamos acesso a esses direitos já conquistados. O Caderno Ajuste Estrutural, Pobreza e Desigualdade de Gênero nos ajudou a discutir com as mulheres o tema do neoliberalismo e da efetivação de direitos. A reflexão produzida na oficina reafirmou para nós a urgência de estarmos informadas o suficiente sobre as questões de gênero e desenvolvimento, para refletirmos acerca da nossa intervenção, nessa área, no monitoramento das políticas de ajuste estrutural.”*

As trabalhadoras rurais e pescadoras que estiveram nos debates da oficina vieram de diferentes regiões do Ceará. Do Litoral Oeste, participaram Alvina Ferreira de Sousa, do Assentamento Sabiaguaga; Maria do Livramento Gonçalves e Maria José do Nascimento Holanda, do Assentamento Maceió; Luceli Ribeiro Sena e Maria Glória Sena, ambas de Flecheiras; Maria Rosimar de Oliveira (Emboaca); Maria Iolene Pontes e Maria Marlene Menezes Façanha, de Tatajuba. Vieram do Litoral Leste Maria Felipe Santos Marques e Maria Odete de Carvalho, ambas de Batoque; Maria Gorete Gomes da Silva e Maria de Aquino, do Fortim. ■



FRANCH, Mónica; BATISTA, Carla e CAMURÇA, Sílvia. *Ajuste estrutural, pobreza e desigualdades de gênero. Um caderno feminista de informação e reflexão para organizações de mulheres*. Recife: Iniciativa de Gênero/SOS Corpo Gênero e Cidadania, 2001. 156 páginas.



Debates na Praça da Bandeira



Na manhã do 8 de março, a Praça da Bandeira foi o palco das ações da Jornada em Fortaleza. Foi lá que aconteceram a Mostra-Denúncia sobre Sexo-Turismo, levada desde Natal pelo Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte, e o Ato Testemunhos, organizado pela Iniciativa de Gênero. Se nos eventos do dia anterior foram discutidas as grandes linhas políticas do BID, a pauta da Praça da Bandeira deslocou-se para o nível micro, lançando luz sobre algumas das complexas dinâmicas que acompanham os projetos de desenvolvimento.

Como não poderia deixar de ser, as atividades da manhã do Dia Internacional da Mulher estiveram fortemente marcadas por reivindicações de gênero. Dando início ao Ato Testemunhos, Sílvia Camurça (SOS Corpo) teceu comentários sobre a forma de incorporar o conceito de gênero nas políticas das IFMs, mais precisamente do BID. *“Atualmente, está presente entre os organismos de desenvolvimento um discurso de compromisso com o combate à pobreza das mulheres e com a defesa das mulheres pobres. Este discurso é produto da pressão e da interlocução desses organismos com distintas organizações dos movimentos de mulheres no mundo. Essa foi a forma que encontraram para dar uma resposta às denúncias contra o aumento das desigualdades entre mulheres e homens provocadas pelas políticas de desenvolvimento que estes organismos promovem e dos projetos que financiam em nossos países”*, afirmou. *“Mas, na prática, o Banco se limita a contabilizar o número de mulheres supostamente beneficiadas por seus projetos, desconsiderando uma avaliação sobre se estão ou não fortalecendo lutas históricas dos movimentos de mulheres”*. Segundo ela, as instituições multilaterais de crédito pretendem entender a pobreza das mulheres à margem de relações de poder de gênero e de classe, numa atitude que despolitiza a discussão. Por isso, os movimentos sociais de mulheres raramente são chamados para o diálogo pelas instituições multilaterais de crédito, que apenas consultam mulheres isoladamente, sejam elas especialistas no tema ou moradoras de áreas atingidas pelos projetos.

Na contramão dessa atitude, o Ato Testemunhos organizado pela Jornada Feminista trouxe a público uma série de relatos sobre o impacto de projetos financiados pelo BID, sob o ponto de vista das mulheres que estão engajadas em movimentos sociais. Nos depoimentos destas ativistas, ficou evidenciado como esses projetos têm prejudicado a vida das populações empobrecidas, reforçando antigas estruturas de exploração, degradando o meio ambiente e gerando novas vulnerabilidades que atingem, principalmente, as mulheres. Também ficou claro, porém, que as mulheres não assistem passivas a essas mudanças e estão se organizando para garantir o respeito aos direitos das populações que moram nas áreas atingidas pelos projetos. Nas próximas páginas, estaremos apresentando os fragmentos mais significativos de um debate que nunca aparece nos documentos oficiais.

PARA INGLÊS VER – ANÁLISE DO PRODETUR NORDESTE

Criado em 1991 pela Sudene, o Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste – Prodetur-NE começou a ser viabilizado a partir do ano de 1993, contando com recursos do BID para a realização de diversas obras públicas como estradas e projetos de saneamento nas áreas hoteleiras. Desde então, o litoral nordestino vem sofrendo importantes transformações que têm afetado o meio ambiente e os modos de vida das populações costeiras, sobretudo das mulheres. A Iniciativa de Gênero está de olho nesses impactos. O relato é de Sílvia Cordeiro, do Centro das Mulheres do Cabo, em Pernambuco.

Eu vou começar falando de um lugar afrodisíaco. Quem não conhece Porto de Galinhas, uma praia exótica, belíssima, onde a Xuxa, o Pelé e tantos outros têm suas casas maravilhosas? O Cabo de Santo Agostinho também é um local com alto potencial de turismo em Pernambuco. É lá que está situado o complexo de desenvolvimento de Suape, com seu porto e grandes hotéis na linha do turismo para atração de recursos ao Nordeste. Instalados nesses hotéis, os turistas deixam de conhecer o mínimo da cidade, da população. Não há troca cultural. Para começo de conversa, eles chegam de helicóptero, já têm seus campos de pouso. Um hotel localizado no Cabo, inclusive, teve a idéia genial de mudar a areia da praia para que o turista não se contamine! Tudo se faz em favor dos complexos hoteleiros: as estradas de acesso, o saneamento que não beneficia as populações locais...

Esse processo vem provocando a depredação extensiva do meio ambiente da região, que é visto como mais uma mercadoria. Gera também a expulsão das populações locais pois, quando chegam as grandes estruturas dos hotéis, as pessoas terminam vendendo suas casas e saindo do lugar. Atualmente, há até praias privadas onde ninguém pode mais circular. Então, pessoas nascidas na cidade, que contavam com a praia como alternativa mais barata de lazer, não podem mais usufruir aquele espaço!



Por outro lado, a população tem a ilusão de que o complexo hoteleiro pode ser uma oportunidade para que se gere renda, mas, na realidade, os moradores continuam ficando na periferia do capitalismo. Por exemplo, não são as tapioqueiras nativas as que estão nos hotéis e sim aquelas tapioqueiras muito bem vestidas, lindas, higienizadas, que conseguem chegar perto do turista. O turista não pode entrar em contato com o mundo real. Ele tem que vivenciar o mundo paradisíaco, o mundo da ilusão, porque ele está ali, enfim, para o seu descanso, para ver o exotismo da região. Por isso, as mulheres não conseguem desenvolver o tipo de geração de renda exigido pelo turista, apesar da invenção de programas como o Pró-renda ou o Pró-rural, que não têm trazido nenhum efeito prático.

Do ponto de vista da oportunidade de emprego, nesses grandes hotéis as mulheres são consideradas mão-de-obra barata, só trabalham como estagiárias. Assim, elas passam três meses estagiando como camareiras, como recepcionistas, sem nenhum direito trabalhista e, no fim desse

tempo, são renovadas. São mulheres jovens, mulheres que acreditam que vão ter uma oportunidade naquele empreendimento hoteleiro e isso não é verdadeiro.

Outra mazela que vem acoplada a essa conjuntura é a questão do turismo sexual. Adolescentes, mulheres, meninas jovens são usadas por redes ocultas de prostituição produzidas pelos taxistas, pelos guias turísticos e pelos recepcionistas de hotel. Nesse contexto de desenvolvimento turístico, o mercado do turismo sexual também é apresentado como alternativa para essas mulheres.

Para finalizar, devo destacar que o monitoramento do Prodetur em Pernambuco tenta fazer estudos, en-

O turista não pode entrar em contato com o mundo real. Ele tem que vivenciar o mundo paradisíaco, o mundo da ilusão, porque ele está ali, enfim, para o seu descanso, para ver o exotismo da região.

trevistas, levantamentos para saber onde realmente estão localizados os problemas nestas grandes linhas: turismo sexual, qualidade de emprego e impactos ambientais. A gente está no início do monitoramento mas, certamente, teremos resultados mais extensos nos próximos meses.

ITINERÁRIOS DO PRAZER: SEXISMO E PUBLICIDADE TURÍSTICA EM NATAL

Com que tipo de desenvolvimento o Prodetur acena para as mulheres? Neste momento, a alternativa que mais fortemente está sendo posta é a da exploração sexual. Esta é uma das conclusões a que está chegando o Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte na sua análise sobre a imagem da mulher nas propagandas turísticas do Estado. No Ato Testemunhos, quem falou sobre essa questão foi Jolúzia Batista, integrante do referido Fórum e do Coletivo Leila Diniz.

O dossiê *Itinerários do Prazer: Sexismo e Publicidade Turística em Natal* é resultado do monitoramento das peças veiculadas no período de 1998 a 2001 no Jornal Diário de Natal e da folheteria turística. O desejo de construir esse dossiê surgiu a partir da observação de militantes e pesquisadoras feministas sobre o uso do corpo da mulher nas campanhas publicitárias realizadas pelas agências locais e, ainda, da intervenção de diversas organizações nacionais, notadamente as organizações em defesa da criança e do adolescente, que foram as primeiras a criticar severamente a imagem do turismo brasileiro atrelado à mulata “tipo exportação”.

Essas organizações realizaram uma importante interlocução junto à Empresa Brasileira de Turismo – Embratur, através da Campanha Nacional pelo Fim da Exploração, Violência e do Turismo Sexual contra Cri-

anças e Adolescentes, elaborando diversos documentos que alertavam para o fato de que esse tipo de publicidade poderia estar reafirmando um imaginário turístico centrado no trinômio “sun, sea and sex”, ou seja, “sol, mar e sexo”. Diversos seminários se seguiram e Secretarias de Turismo de algumas capitais modificaram suas campanhas para a promoção da cultura, do lazer e do turismo familiar. Dessa forma este trabalho vêm somar-se às iniciativas de controle social sobre as ações das IFMs e do próprio Governo brasileiro.

Nós entendemos que o turismo sexual surge como o desdobramento de uma perversa combinação: a exclu-



são social, o turismo de massas e o subdesenvolvimento. O turismo de massas é apontado como uma grande contribuição para a ampliação do problema, na medida em que traz uma enorme quantidade de turistas utilizando-se ao máximo dos clichês e dos atrativos exóticos locais.

Nos países mais pobres, em desenvolvimento ou da chamada periferia, a globalização das economias foi traduzida em crise e mudanças estruturais significativas, fomentando o deslocamento das populações feminina e masculina para centros urbanos e para o exterior. A conjunção do racismo e do sexismo, nas representações globais de mulheres orientais, negras ou latinas nos meios de comunicação de massa contemporâneos,

Nós entendemos que o turismo sexual surge como o desdobramento de uma perversa combinação: a exclusão social, o turismo de massas e o subdesenvolvimento.

os, gera uma identificação dessas mulheres como as mais sensuais, sexuais ou eróticas porque são exóticas. Esses elementos são trabalhados exaustivamente pela propaganda turística em diferentes pontos do mundo. Um rápido olhar sobre as peças publicitárias do Rio Grande do Norte foi suficiente para ver como isso se expressa no âmbito local.

TURISMO TAMBÉM TEM COR

A poucos quilômetros da renomada praia de Pipa, a comunidade negra de Sibaúma (Rio Grande do Norte) sofre o descaso do poder público, além de vivenciar inúmeros efeitos negativos do crescimento do turismo de massas no distrito vizinho. O testemunho de Marilda Barbosa chama a atenção para a necessária luta anti-racista se se quer reorientar os projetos de desenvolvimento financiados pelo BID e organismos afins. Marilda é ativista da Quilombo, organização que trabalha, sobretudo, com populações negras em áreas rurais.



Sibaúma é uma comunidade pobre, de 673 habitantes remanescentes de quilombo, que vivem isolados por problemas de infraestrutura. Junto com mais oito distritos (Umari, Piau, Cabeceira, Bela Vista, Manimbu, Munim, Pernambuco e

Pipa), a comunidade de Sibaúma faz parte do município de Tibau do Sul, localizado no litoral sul do Rio Grande do Norte. A grande preocupação da administração do município é com o distrito de Pipa, que, ao

contrário de Sibaúma, tem a estrutura sendo montada e voltada para o turismo. Nosso distrito, entretanto, fica em completo esquecimento e convive com importantes deficiências nas áreas de saúde, educação e trabalho. Essas carências afetam a vida da população de várias maneiras.

As mulheres, por exemplo, não podem mais lavar suas roupas no rio que a comunidade usou durante anos. Agora, o rio está sendo ilegalmente represado, e até mesmo cercado, para as fazendas de camarão, que são predominantes da região. A população mais jovem não encontra trabalho na comunidade. Por isso, muitas jovens migram para Natal, onde trabalham como domésticas, recebendo um salário inferior ao de-

terminado por lei – cerca de R\$ 50,00. Durante o surto da dengue, grande parte da população foi acometida pela doença. O único posto de saúde existente em Sibaúma funciona somente às terças-feiras. Há ausência de insumos e, por isso, os moradores precisam comprar os medicamentos, que são distribuídos coletivamente. Para o deslocamento a outras comunidades e localidades, a população vai a cavalo ou vai a pé mesmo. Não existe estrada pavimentada de acesso à comunidade e, em períodos de chuva, os moradores ficam ilhados.

Sibaúma é uma das praias onde a Iniciativa de Gênero está atuando, realizando um estudo de caso. Por sua localização, história e suas belezas naturais, o lugar possui potencial turístico importante que poderia ser desenvolvido, através de estratégias de turismo comunitário. Entretanto, Sibaúma está potencialmente à beira da destruição, pelo estilo de turismo de massa que vem sendo imposto à praia da Pipa. Essa situação tem deixado a área sujeita à especulação imobiliária, o que irá ameaçar a posse da terra pelas populações tradicionais que ainda estão ali.

TATAJUBA – RELATO DA RESISTÊNCIA DE UMA COMUNIDADE

O testemunho que veremos agora ilustra a maneira como estão sendo introduzidos os grandes complexos hoteleiros no litoral nordestino: expulsando as populações locais e, freqüentemente, recorrendo a manobras de legalidade duvidosa. Maria Iolene Pontes, da Associação Comunitária de Moradores de Tatajuba, no litoral Oeste do Ceará, descreve também as lutas empreendidas pela população para continuar morando e trabalhando num lugar que sempre foi seu.

Tatajuba está localizado no município de Camucim, no extremo Oeste do Ceará. Há quase um século que nós moramos lá, agricultores, pescadores, jovens, crianças, uma comunidade, enfim, formada aproximadamente por 800 pessoas. Mas nossa vivência está sendo agora ameaçada por uma empresa imobiliária chamada Vitória Régia, com sede no Rio de Janeiro. Em 2001, alguns de nós fomos aos Cartórios da Região e descobrimos que existe um documento com mais de cinco mil hectares de terra registradas em nome dessa empresa, onde fica toda a área de Tatajuba – a população, as dunas, os rios, a praia.

A gente vive se movimentando de um lugar para outro porque, de vez em quando, as dunas se movem e botam a gente para correr! Tatajuba inteira é uma área de risco. Mesmo o local onde a gente mora hoje ainda não é um lugar seguro. É por isso que a gente luta pela criação de uma APA – Área de Proteção Ambiental de



3.705 hectares de terra. Em 1994, foi votada e aprovada pela Câmara de Vereadores a lei que criou a APA em Tatajuba. Mas em 2000 descobrimos que a APA nunca foi oficializada porque a Prefeitura também apóia o projeto da empresa imobiliária, não se preocupa com a questão ambiental e muito menos com as pessoas que vivem na área.

Agora, o Governo do Estado está medindo as terras e fazendo o cadastramento das famílias. O que a gente quer hoje para Tatajuba é que seja anulada a propriedade dos cinco mil hectares da empresa e que essa área seja repassada legalmente à comunidade para que os próprios moradores possam desenvolver o turismo sus-

A gente sabe que os grandes investimentos do BID com estradas e obras não vão melhorar a vida do pescador, do pequeno agricultor, das crianças que hoje vivem naquele local. Nós temos uma preocupação muito grande com o turismo de massas porque a comunidade não está preparada para esse turismo desenfreado.

tentável. A gente sabe que os grandes investimentos do BID com estradas e obras não vão melhorar a vida do pescador, do pequeno agricultor, das crianças que hoje vivem naquele local. Nós temos uma preocupação muito grande com o turismo de massas, porque a comunidade não está preparada para esse turismo desenfreado. E se isso acontecer, as pessoas irão sofrer, mendigar, muitas serão expulsas da beira da praia.

Por tudo isso é que nós estamos brigando na Associação, inclusive com muitos jovens que estão hoje na Diretoria. A oposição fala que nós somos desempregados, que não temos nada a fazer, que só sabemos brigar! Mas nós brigamos pelo que é de direito, pelo que é nosso, para continuarmos morando lá! Queremos que se desenvolva o turismo, mas que não seja um turismo que beneficie só o grande empresário, e sim o morador tatajubense e toda a população que lá reside hoje. Muito obrigada.

QUEM FINANCIA QUEM NO DESENVOLVIMENTO

Para finalizar o bloco de depoimentos sobre o Prodetur, nada melhor do que uma reflexão sobre o impacto regional dos projetos financiados pelo BID. Como as populações estão sendo atingidas? Como reagem aos problemas derivados dos investimentos do turismo? Quem se beneficia e quem paga a conta do desenvolvimento? Como as mulheres se posicionam diante das novas situações criadas pelos projetos? A análise é de Soraya Tupinambá, do Instituto Terramar em Fortaleza.



Infelizmente, o depoimento de Iolene não é o único que a gente poderia trazer hoje aqui. A comunidade de Batoque, por exemplo, também está na luta contra um empreendimento que quer retirar toda a população da área de praia. O mesmo problema atinge todas as praias, principalmente no litoral Oeste, que

é onde está sendo implantado o Prodetur aqui no Ceará. De fato, esse é hoje um problema regional. O Nordeste, que foi ligado durante muito tempo à imagem da seca e da pobreza, agora virou a redenção do Brasil! O sol, que tanto o castigou, agora é o nosso maior bem! E está sendo vendido, no processo de globalização, como se fosse a nossa salvação.

E como isso acontece? É importante trazer à tona que o turismo no Nordeste se desenvolve às custas da venda do corpo da mulher, da transformação do corpo da mulher em mercadoria turística. Igualmente, a natureza está sendo transformada em mercadoria para

consumo dos turistas. À medida que tudo vai sendo privatizado, as populações terminam sendo expulsas das localidades costeiras. Por outro lado, a infra-estrutura que está sendo instalada somente tem beneficiado os equipamentos turísticos.

A grande discussão hoje, coincidindo com a Assembleia do BID em Fortaleza, é a seguinte: a quem estão beneficiando os empréstimos. São 130 milhões no Estado do Ceará, 800 milhões em empréstimos para o Nordeste, e esse dinheiro aparece na fala dos governos e dos Bancos como sendo em benefício da população, para redimir a pobreza, para gerar emprego e renda. Eles dizem que estão financiando e resolvendo o problema de pobreza, e as marisqueiras no Fortim sofrendo com o cultivo de camarão¹! As moradoras do Batoque sofrendo com um empreendimento turístico! Tatajuba com outro! O que a gente tem observado é que esse dinheiro só está servindo para financiar o capital. E muito desse capital é internacional: são os espanhóis, os italianos, os portugueses que estão tomando conta do litoral cearense, do litoral pernambucano, de todo o Nordeste brasileiro, enfim.

O Nordeste, que foi ligado durante muito tempo à imagem da seca e da pobreza, agora virou a redenção do Brasil! O sol, que tanto o castigou, agora é o nosso maior bem! E está sendo vendido, no processo de globalização, como se fosse a nossa salvação.

Acontece que as mulheres sentem isso de maneira muito singular. Nas localidades costeiras, enquanto os homens estão no mar, na atividade da pesca, quem fica com a casa, com o cuidado e educação das crianças, sentindo o impacto desses processos? São as mulheres. E não é à toa que essas mulheres estão à frente da luta pela terra, ocupando a vanguarda do movimento. É porque elas estão sentindo o problema e estão reagindo.

do. Muitas mulheres, inclusive, estão sendo ameaçadas, sofrendo violência física, como Odete, da comunidade do Batoque, que já sofreu ameaça de morte por parte do especulador imobiliário.

E não é à toa que essas mulheres estão à frente da luta pela terra, ocupando a vanguarda do movimento. É porque elas estão sentindo o problema e estão reagindo, muitas sendo inclusive ameaçadas, sofrendo violência física.

Os Bancos fazem questão de que estes assuntos não sejam compreendidos pela população: como eles financiam os governos, para onde vai esse dinheiro... No Ceará, hoje, 60% da dívida externa foi contraída pelos empréstimos do BID. E é isso que massacra o nosso cotidiano, é essa dívida externa que faz com que o nosso salário cada vez caia mais. Toda essa conta é paga pelos brasileiros.

Então, vamos começar aqui um movimento para democratizar essa discussão, para que ela seja feita em cada clube de mães, em cada grupo familiar. Essa não é uma tarefa apenas da Iniciativa de Gênero, pertence às associações de moradores, à Central Única dos Trabalhadores, aos sindicatos... Precisamos tomar isso como um grande ponto de partida na luta e na organização para que esse tipo de investimentos não venha financiar o capital deles mesmos, como acontece hoje. Democratizar o debate: este é o desafio de todas nós, mulheres.

¹ As fazendas para a criação de camarão provocam desmatamento e afastam do litoral as populações nativas que vivem da pesca e da cata de mariscos. Entretanto, os projetos para implantação dessas fazendas são aprovados por uma linha de crédito do BNB criada pelo governo do Ceará. Os beneficiários dos créditos são grandes empresários que também ganham isenção de impostos por muitos anos. A informação é do jornal eletrônico da Agência de Notícias Esperança – AnotE (1º de março de 2002, ano 7, nº 4).

MAIS DO QUE QUATRO PAREDES – O BID REASSENTANDO FAMÍLIAS EM BELÉM

Saímos agora do Nordeste em direção à Amazônia. Na capital do Pará, o BID financiou o Programa de Drenagem em Vias, Águas e Esgotos das Zonas Baixas de Belém que teve como desdobramento a remoção involuntária da população das áreas ribeirinhas. A FASE de Belém, em parceria com o PARU – Programa de Apoio à Reforma Urbana, da UFPA, realizou uma pesquisa sobre o impacto dessa remoção. Quem fala sobre a experiência é Maria das Graças de Figueiredo Costa, da FASE e ativista do Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense.



A cidade de Belém está situada abaixo do nível do mar. A gente sofre a influência das marés, de forma que boa parte do solo (40%) ou fica permanentemente alagado, ou fica sob as águas, conforme o movimento da maré. Mais da metade da população mora nas chamadas “baixadas”, que são mui-

to parecidas com os alagados de Salvador. Nesses lugares, o povo vive em cima de canais que antigamente eram igarapés, alguns até navegáveis e usados economicamente pela população. Essas pessoas correm todos os riscos: as crianças caem no canal e morrem, a água entra nas casas quando a maré enche... Assim, o projeto de macro-drenagem, que demorou uns dez anos para sair do papel, foi, em verdade, uma reivindicação histórica dos movimentos populares da minha cidade.

À medida que o projeto começou a ser executado, parte da população que morava nessas áreas precisou ser retirada para a realização das obras dos canais. A proposta da sociedade organizada era que esses moradores fossem reassentados próximo das suas áreas de moradia, porque eles ocuparam aquele lugar há 40 anos e ali consolidaram todos os seus laços afetivos, de família, de trabalho... Mas a maior parte das pessoas acabou sendo reassentada numa área longínqua porque, segundo o Governo, não foi encontrado nenhum espaço que pudesse juntar a quantidade de famílias retirada do leito dos canais.

Nos documentos do BID, o reassentamento aparece como uma política que leva em conta todas as dimensões necessárias para melhorar a qualidade de vida das famílias. Porém, o que aconteceu com os reassentados não foi bem isso. As famílias receberam uma indenização muito pequena e tiveram que dar um jeito para se virar. A maioria não conseguiu nem terminar de construir uma casa de tijolo no novo lugar. À primeira vista, o fato de ter saído de cima do leito do canal para ir morar numa casa de alvenaria e numa área de terra firme pode parecer uma melhora. Mas, na verdade, a proposta do reassentamento não leva em conta que moradia não quer dizer só casa! Essas famílias precisam de uma outra rede de serviços que consiga melhorar, realmente, sua condição de vida.

Então, o que foi que aconteceu? Ao ser remanejada para uma nova área, grande parte da população perdeu o trabalho. Muitos homens trabalhavam para si mesmos – tinham um boteco, uma oficina de bicicleta que dependia das pessoas ao redor. Quando saíram, ficaram sem essa possibilidade. Porém, as mais afetadas foram as mulheres. Segundo nossos dados, a maioria da população das áreas remanejadas era feminina. Essas mulheres estavam inseridas no mercado informal realizando vendas, trabalho doméstico, lavagem de roupa, enfim, toda uma teia de ganho econômico que perderam ao passar para outro lugar.

Logicamente, a perda de trabalho afeta outras dimensões. O que acontece quando não tem mais trabalho, quando não tem mais dinheiro em casa? As famíli-

as começam a se desagregar! Esse foi outro dado levantado pelo estudo: muitas famílias se desagregaram porque o homem perdeu o papel do provedor, seu poder econômico e sua autoridade na família. E os homens não compreendem bem como tratar desse problema.

Além disso, a proposta de reassentamento não dá conta de uma rede de proteção social que incorpore creche, escolas e outros serviços. Isso sobrecarrega as mulheres, que têm que se deslocar para muito longe para levar os filhos à escola, quando alguém precisa de um atendimento de saúde, para dar conta das atribuições que são colocadas sobre elas.

Outro impacto que nós observamos foi o aumento da violência nessas áreas. As famílias reassentadas vieram de vários bairros da Bacia de Belém. E em cada bairro pobre, mesmo que tenha violência, os códigos de convivência são conhecidos e respeitados por todo mundo. Quando você vai para um lugar onde as pessoas estão desagregadas, esses códigos deixam de funcionar. Nas áreas do reassentamento, aumentaram os estupros. Há também muita agressão, roubo, assalto. Muitas pessoas abandonaram suas casas porque estavam correndo riscos. As famílias estão retirando da escola suas filhas adolescentes que estudam no turno da noite porque têm medo da volta a casa.

Por fim, quero colocar mais uma reflexão para o nosso debate. Em geral, as políticas do BID estão baseadas numa lógica de desenvolvimento. Eles dizem: “Ora! Imagina! Você que não tinha nada naquela favela, agora você mora numa área seca, que não é alagada e numa casa de alvenaria!” Só que essa lógica passa a não funcionar quando não é implementada nenhuma das medidas complementares para a permanência das famílias no novo local. Então, você tem uma população morando em áreas de reassentamento ou nas áreas reurbanizadas da Bacia, onde foi feita uma renovação urbana com pavimentação, esgoto, água potável, mas não tem serviços da rede de proteção social. E aí acontece que a chamada urbanização para o desenvolvimento

não é uma urbanização para essa população de baixa renda. Essas famílias não vão ficar! Nós já começamos a notar que na área de reassentamento, para onde foram levadas três mil famílias, começaram a colocar placas com a inscrição “Vende-se”. As pessoas estão preferindo pegar um dinheirinho e voltar para uma área sem infra-estrutura alguma. A situação anterior vai se instalar de novo. Isso nos leva a questionar: urbanização para quem? Desenvolvimento para quem?

No estudo que nós realizamos, ficou claro que a urbanização não é para aquela população. Daqui a pouco, Belém terá, nesse 40% que foi reurbanizado, um novo padrão de urbanização, onde a população pobre não vai permanecer. E na área de reassentamento é a mesma coisa! Se os governos não assumirem uma postura de responsabilidade social, não serão os recursos do financiamento do Banco que irão garantir a qualidade de vida necessária e as condições humanas de equidade de direito para as mulheres.

Na verdade, as cidades do nosso Brasil estão sofrendo porque estão sendo preparadas só para o mercado! A cidade que está se formando no País não é uma cidade voltada para os direitos, para uma moradia boa, para melhorar a condição de vida, para dar cidadania e direitos iguais a todas as pessoas. É apenas uma cidade que busca ficar mais atrativa aos olhos do capital.

A cidade que está se formando no País não é uma cidade voltada para os direitos. É apenas uma cidade que busca ficar mais atrativa aos olhos do capital.

Por isso, acho muito importante que nós, mulheres, estejamos nessa programação do 8 de março, pausando essa discussão no momento em que o próprio BID está aqui discutindo ações políticas. Porque, quando a gente vai consultar os documentos do Banco, a questão de gênero está muito bem atendida. Mas quando você vai ver a realidade dos projetos, a gente vê que

nada disso é verdade. Então, é importante que nós estejamos organizadas, consigamos colocar na nossa pauta de discussão, na nossa agenda dos nossos eventos, o debate sobre o ajuste, sobre a forma como essas políticas financiam esses projetos e o que isso tem a ver com a nossa vida. Acho que a Iniciativa de Gênero, articulada ao conjunto dos movimentos de mulheres, demarca a seguinte posição: nós, mulheres, não estamos

Nós, mulheres, não estamos mais acomodadas nem diante dos nossos problemas específicos, nem dos problemas do mundo.

mais acomodadas nem diante dos nossos problemas específicos, nem diante dos problemas do mundo.

FAÇA-SE A LUZ? A POLÍTICA ENERGÉTICA NA BERLINDA

Soma-se ao nosso debate o relato de Margaret Maran, do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB. Ela não pôde comparecer à Praça da Bandeira, mas levou sua experiência às ondas do rádio na manhã do 8 de março. Margaret representa um movimento popular de massa, que luta pela garantia dos direitos das populações atingidas ou ameaçadas pela construção de barragens. Suas palavras refletem a violência praticada contra milhares de mulheres e homens em nome de um modelo energético que é preciso repensar.

Há muito tempo o MAB vem alertando que o modelo de produção de energia elétrica do país era e é insustentável. As pessoas atingidas por barragens são as maiores vítimas de uma política social e ambientalmente irresponsável. Milhares de pessoas expulsas à força de suas propriedades e atividades, perda de terras férteis e produtivas, florestas destruídas, povos indígenas ameaçados de extinção, tradições e monumentos desrespeitados, vidas destruídas, culturas condenadas, um saldo de mortes e degradação do meio ambiente. Estes são os rastros deixados pela construção de barragens pelo Brasil afora.

Nas obras maiores, a violência aumentou o inchaço das cidades próximas aos canteiros de obras. Com isso, proliferou o desrespeito à vida, sobretudo das mulheres e meninas. Os homens entram em desespero e buscam um alívio no alcoolismo. Já para as mulheres, o que resta é o cuidado e a responsabilidade da família, quando não a prostituição. Sozinhas, elas vêm suportando o fardo da destruição. Algumas se deprimem, outras chegam mesmo a se suicidar. Também assistem

ao aumento de doenças de que antes nunca ouviram falar. Observam, por fim, a rápida mudança cultural e o aumento da violência no seu entorno, ao passo que tentam urgentemente se organizar.

A construção de barragens traz consigo uma política cultural de repressão através da violência. E a violência primeira é a perda das raízes, dos locais de referência das pessoas, refúgios onde reabastecer as energias para prosseguir. Durante anos, muitas pessoas atingidas por barragens ficam viajando de um lugar para outro, em busca do lar perdido.

Como costuma acontecer, as mulheres são as mais afetadas com este modelo de desenvolvimento irresponsável e destruidor. No MAB, elas têm o desafio de serem incluídas nas políticas, levando-se em consideração que as mulheres são geradoras e guardiãs das futuras gerações. Para isso, as mulheres não limitam suas reivindicações ao campo econômico, mas tentam incorporar aspectos culturais e emocionais no leque de lutas do movimento. ■





Margaridas em marcha...

– a luta das mulheres rurais reforça a jornada feminista

As trabalhadoras rurais estiveram presentes de diversas maneiras na Jornada. Em Fortaleza, representantes do Mmtr-NE e integrantes dos sindicatos de trabalhadores rurais da Fetraece se juntaram aos vários eventos promovidos pela Iniciativa. No Recife, as rurais estiveram à frente das comemorações do Dia Internacional da Mulher e vincularam-se à Jornada pela leitura do manifesto durante sua mobilização. Elas organizaram um ato multitudinário no Ginásio Geraldo Magalhães (o popular “Geraldão”), seguindo depois em passeata pelas ruas da cidade. A chamada “Marcha das Margaridas” prestou, mais uma vez, homenagem à líder sindical Margarida Maria Alves, assassinada em 12 de agosto de 1983 na Paraíba, a mando de fazendeiros da região. Em Fortaleza e no Recife, chapéu de palha na cabeça, as mulheres do campo deixaram sua mensagem neste 8 de março em prol da justiça social e da igualdade de gênero. O Documento Memória traz agora o relato dessa experiência e fotos das mulheres rurais nas manifestações de Serra Talhada (Sertão de Pernambuco), Recife e Fortaleza.

ECOS DA JORNADA NO RECIFE

Hilda, Lúcia, Zezé, Ana Bosch e Gigi*

Que País é este? Produzimos a riqueza. Cadê nossa parte? Foi com essas perguntas em mente que 2.500 trabalhadoras rurais se juntaram no Geraldão, o maior estádio coberto de Recife, na sexta-feira 8 de março, iniciando uma série de atos que marcaram as reivindicações do Dia Internacional da Mulher na capital pernambucana. A mobilização das mulheres rurais foi articulada pelo Mmtr-NE, pela Ceapa-AL e pela Fetape, e reuniu trabalhadoras do campo de nove estados nordestinos.

Cansadas mas alegres, as mulheres foram chegando desde as sete horas da manhã para participar dos eventos. A programação no Geraldão incluiu o lançamento de um selo comemorativo do 8 de março dos Correios Brasileiros, apresentações musicais e de dança, desafios de violeiras e de repentistas. Em consonância com os eventos de Fortaleza, foi feita a leitura pública do Manifesto pela Justiça de Gênero no Desenvolvimento. As mulheres apresentaram, também, duas pautas de reivindicações correspondentes às trabalhadoras rurais de Pernambuco e do Nordeste (confira o conteúdo no box abaixo). Representantes da Contag, do Fórum de Mulheres de Pernambuco e da Secretaria de Mulheres da CUT estiveram presentes e fizeram uso da palavra.

Após o almoço, as trabalhadoras partiram em carreata para a praça Osvaldo Cruz, no centro do Recife, onde encontraram companheiras do Fórum de Mulheres e de organizações feministas, da CPT, do MST e sindicalistas. Na praça, houve teatro com a Trupe da Graúna e muita animação. Do alto de um trio elétrico, as mulheres deram seus depoimentos, fizeram denúncias e reivindicações, alternando com músicas e chamadas de ordem. O evento foi prestigiado por representantes do poder público (Coordenadoria da Mulher das Prefeituras do Recife e de Camaragibe, ambas governadas pelo PT), de partidos políticos e pela prefeita de Olinda, Luciana Santos (PC do B).

Da praça, a passeata rumou para o Palácio do Governo, fazendo um “panelaço” e enfrentando a barreira da polícia de choque, que impediu o acesso das mulheres ao espaço em frente da sede do Governo. Seguiu então para o INSS, onde uma comissão de trabalhadoras rurais de Pernambuco entregou a lista das rei-

* Hilda é do Mmtr-NE, Lúcia da Fetap, Zezé do Ceapa-AL, Ana Bosch e Gigi são do Grupo de Teatro Loucas de Pedra Lilás que integra o Fórum de Mulheres de Pernambuco



vindicações específicas para este órgão (as que estiverem interessadas, podem encontrar cópias da lista na Fetape).

A última parada foi na praça do Carmo, em pleno centro do Recife. Num palco montado especialmente para o evento, o grupo de teatro feminista Loucas de Pedra Lilás recebeu a multidão de mais de quatro mil pessoas com suas canções “As Dafé da Vida” e “Mulheres querem um mundo mais justo”, que foi a música da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil.

No palco, a representante da delegação do Maranhão desmascarou a pré-candidatura de Roseana Sarney, que ainda não tinha abandonado a pretensão de se candidatar à Presidência da República. Pela sua vez, a representante do Ceará lembrou aos presentes a celebração paralela da Jornada Feminista pela Justiça de Gênero no Desenvolvimento, em Fortaleza, ressaltando a ligação entre os dois eventos. Pela segunda vez, o Manifesto foi lido em praça pública. Houve *hip-hop* de jovens mulheres negras e o evento culminou com uma festa comandada por Elizete do Coco, que envolveu o público numa grande ciranda.

Exaustas, porém conscientes da importância de ter construído um momento histórico para o Nordeste e para Recife, as trabalhadoras rurais voltaram para suas casas com o sentimento da missão cumprida.





PAUTA DAS REIVINDICAÇÕES DAS TRABALHADORAS RURAIS DO NORDESTE

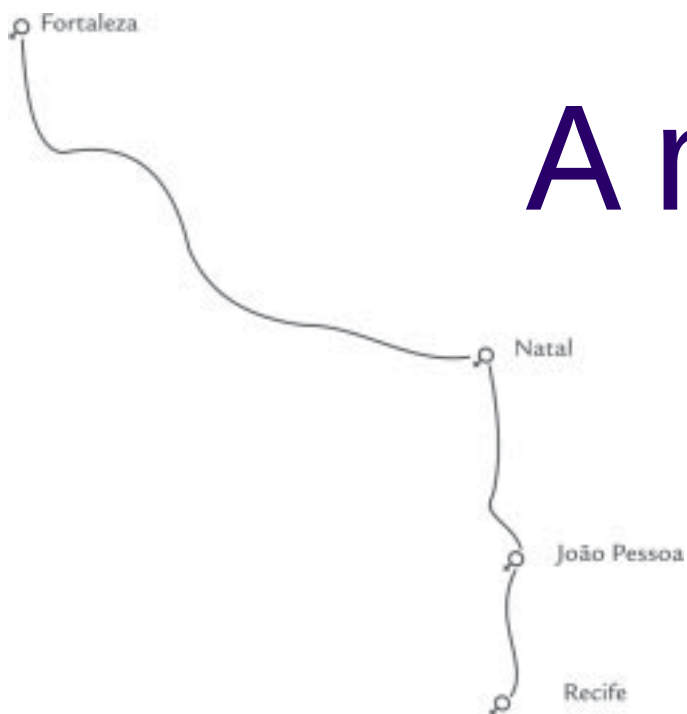
Esta é a introdução do documento que foi entregue pelas trabalhadoras rurais ao INSS, no 8 de março deste ano. Ele contém propostas para as questões da água, da terra, do acesso a crédito e a assistência técnica, da previdência, da saúde, da educação e da capacitação. Quem quiser ter acesso ao texto completo, pode entrar em contato com a Fetape (Rua Gervásio Pires, 876 - Boa Vista, Recife – PE. CEP 50050-070 Fone / Fax: (81) 34211222. E-mail: fetape@elogica.com.br)

Com espírito de luta, coragem e organização, nós, mulheres trabalhadoras rurais do Nordeste, viemos a público denunciar o atual modelo de desenvolvimento globalizado e neoliberal que a cada dia promove a exclusão social, a discriminação, a violência e a desigualdade de gênero no mundo.

Temos muito o que denunciar e reivindicar. Neste 8 de março, queremos alertar a sociedade como um todo para o grave aumento da violência e da impunidade contra nós, mulheres, e nossas famílias, principalmente no meio rural. Queremos demonstrar o nosso repúdio contra o descaso das autoridades e dirigentes em relação ao descumprimento das políticas públicas; discutir propostas que venham se contrapor a todo o sistema que exclui a mulher

e a produção. Temos clareza que nosso papel é lutar para que nossos direitos conquistados ao longo da história possam ser garantidos. Não vamos cruzar os braços. Vamos unificar as lutas no Nordeste e no Brasil. Temos muito por que lutar. Apresentamos as propostas que atendem nossas reais condições na defesa de nossos direitos. **SER CIDADÃ E TAMBÉM LUTAR PARA EXERCER O DIREITO DE CIDADANIA.** ■





A mobilização dos Fóruns

A participação dos Fóruns e organizações de mulheres de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará merece um capítulo a parte. Nesses estados, as mulheres se mobilizaram em busca de adesões, conseguindo transporte e estadia para todas. Durante a Jornada, elas agitaram as ruas de Fortaleza, participando dos eventos e realizando ações tais como uma panfletagem do Manifesto pela Justiça de Gênero, no sábado de manhã. O Fórum de Mulheres Cearense ainda teve fôlego para organizar uma expressiva passeata que percorreu as ruas da cidade em comemoração ao 8 de março, o Dia Internacional da Mulher. Vejamos os detalhes dessas ações.



“COM CERTEZA, VALEU A PENA!” – AVALIANDO A CARAVANA

Às seis horas da manhã da quinta-feira, 7 de março, várias ativistas do movimento de mulheres saíram do Recife num ônibus com destino a Fortaleza. Começava a Caravana dos Fóruns, resultado de um intenso trabalho de articulação empreendido por organizações feministas da Paraíba, pelo Fórum de Mulheres de Pernambuco e Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte. A Caravana fez parada em João Pessoa e em Natal, chegando ao seu destino com 45 militantes.



QUEM PARTICIPOU DA CARAVANA

Ivonete Lopes Bezerra, do Centro Educ. Pingo de Gente – Ivonete Paulino Tavares, do Parque Resid. Vila dos Milagres – Sonia Pereira da Silva, de Codecil – Íris de Fátima da Silva e Maria das Graças, da Amhor – Valderéz Guedes de Amorim, do Grupo de Mulheres do Morro da Conceição – Ma. do Socorro Silva e Sílvia Camurça, do SOS Corpo – Alcineide Oliveira e Ma. José Barbosa, do Centro das Mulheres de Vitória – Sonia Maria Silva Leal, da Associação de Mulheres Nova Esperança – Amara Gouveia de Oliveira, do Conselho Gestor do Fórum de Mulheres de Pernambuco – Rosicleide Amaral e Miriam Amaral, do Centro das Mulheres de Palmares – Alessandra Oliveira e Maria Eliane da Silva, do Centro das Mulheres de Joaquim Nabuco – Ivonice Torquato Lira, do Unidamas – Cleonice da Silva Viana, do Conselho de Moradores da Vila 27 de Abril – Maria Anunciada da Silva, do Sindicato das Domésticas – Gilda Guimarães e Siméia Cândido, do Grupo de Mulheres Sem Casa de Campina do Barreto – Ana Marcela Gomes de Moraes, da Casa da Mulher do Nordeste – Maria Solange da Silva Alves, da Associação das Mulheres de Timbaúba – Florízia Maria de Carvalho, das Katraias do Cordeiro – Luizabeth de Araújo Amorim, da Associação Social de Arthur Lundgreen II – Maria das Graças Ferreira Lima, delegada do Fórum – Marinalva Lopes Ribeiro, das Parteiras de Prazeres – Maria de Fátima Silva de Siqueira, do Grupo Mulher Maravilha – Maria das Graças Costa, da Associação de Mulheres Batalhadoras – Benedita Ferreira da Silva, do Ceas Rural (Palmares) – Iracimira Santos de Lima e Cleide Alves de Souza, de Darci Ribeiro – Analba Brazão e Marilda Barbosa, do Coletivo Leila Diniz – Elizabete Nasser e Margarida Simplício do GAM – Maria Risoleta Fernandes e Jolúzia Batista, do Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte – Ilena Felipe de Barros, Maria Rosilena J. Barbosa, Fancisca Gizelda Silva, de CEAHS – Estelizabel Bezerra de Souza, do Cunha Coletivo Feminista – Rosinalva Souza da Silva, Aesa Alexandra Macedo de Queiroz, Maria Valdenice da Silva Silvino e Rosângela Silva de Santana, da Casa da Mulher Renasce Companhia – Ana Paula Macedo de Albuquerque, do Grupo Amazonas.

Uma vez em Fortaleza, as mulheres se engajaram ativamente nas atividades da Jornada. Para muitas, essa foi uma excelente oportunidade para melhorar sua compreensão sobre as políticas e projetos do BID e para aprender como relacionar esses assuntos com as lutas de seus movimentos. *“O evento de Fortaleza nos deu a possibilidade de discutir temas que nós achávamos que eram muito distantes de nós, mas que, na verdade, têm efeitos importantes sobre nossas vidas, afirmou Cleunice da Silva Viana, do Conselho de Moradores da Vila 27 de Abril, no Ibura (Recife). Prejuízos econômicos causados pela poluição, ecologia, devastação de mangues, moradias irregulares e qualidade de vida, por exemplo, foram alguns dos temas esclarecidos na ocasião”.* Para Íris de Fátima Silva, da Amhor (Articulação e Movimento Homossexual do Recife e Área Metropolitana), *“O encontro em Fortaleza ofereceu boas oportunidades de debates sobre a questão do ajuste estrutural e da dependência brasileira ao interesse externo. É cada vez mais importante que os movimentos de mulheres se familiarizem e se posicionem sobre esses temas”.*

Trocar experiências sobre os impactos, mas também sobre as ações de resistência que vêm sendo realizadas, foi um dos resultados mais valorizados pelas participantes da Caravana. *“Através das narrativas de mulheres de todo o Brasil, eu tomei conhecimento de que a realidade social e econômica nos estados brasileiros é muito parecida”, disse Sônia Pereira da Silva, do Grupo de Mulheres com Deficiência, da Codefil (Cooperativa do Produtor Portador de Deficiência), com sede em Arco Verde-PE. “Os relatos demonstraram que as mulheres estão aprendendo a ter uma visão mais esclarecida do mundo, participando do que acontece à sua volta e buscando sua cidadania”, complementou Cleunice Viana.*

A troca se estendeu ao terreno das emoções e dos sentimentos, conforme uma das ativistas fez questão de registrar: *“Foi, também, um espaço de conhecimento, afetividade e disseminação de valores como esperança, solidariedade, alegria, ética, união, fortaleza, cooperação”* (Ilena Felipe Barros, do Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte).



Junto com a passeata do 8 de março, a panfletagem do Manifesto da Jornada pelas praias e ruas centrais de Fortaleza no sábado de manhã foi também um momento relevante. “Com as armas que tínhamos – panfletagem, palavras de ordem, vaia, acenos de bandeiras e lenços – nós conseguimos chamar a atenção para nossa posição política, salientou Sônia Pereira da Silva. Vimos que as pessoas das ruas estavam interessadas, paravam para nos observar e entender qual o motivo da nossa mobilização”. O retorno da Caravana aconteceu no mesmo sábado, ao final da tarde.



“ERA COMO JUNTAR A FOME COM A VONTADE DE COMER” – O 8 DE MARÇO EM FORTALEZA

Foi uma feliz coincidência. A celebração da Assembleia do BID atraiu até Fortaleza militantes feministas e de movimentos sociais dos quatro cantos do País. O Fórum de Mulheres Cearenses soube aproveitar essa oportunidade. No dia 8 de março, a Marcha das Mulheres organizada pelo Fórum invadiu as ruas centrais da cidade, integrando-se à Jornada Feminista. Mais de 8 mil pessoas acompanharam a manifestação, segundo a estimativa do Diário do Nordeste (09/03/02). “Foi um acontecimento histórico que teve a cobertura de toda a mídia cearense”, comentou Nilze Costa e Silva, do Fórum de Mulheres Cearenses e integrante da Coordenação Executiva Nacional da AMB. “Fortaleza como palco da reunião do BID em pleno mês de março era como juntar a fome com a vontade de comer”, observou Viviane Rodrigues, da União Brasileira de Mulheres-CE. Estávamos todas tão ansiosas para construir o 8 de março! Foi a primeira vez que conseguimos juntar tantos setores em torno desse projeto.”



Na pauta deste ano, temas como a defesa dos direitos trabalhistas, a condenação ao imperialismo, a pobreza e a violência mostraram como as mulheres organizadas encampam as lutas gerais por justiça social no País. Também é importante destacar a significativa presença de sindicalistas e militantes de movimentos sociais não feministas que se juntaram às mulheres no seu dia. Essa pluralidade de segmentos e o engajamento das companheiras dos outros estados nordestinos figuram entre os ganhos principais do 8 de março em Fortaleza. É o que podemos ver no seguinte comentário de Francisca Eugênia do Nascimento, da Comissão de Mulheres da CUT-CE: *“Gostaria de ressaltar dois aspectos que marcaram o diferencial: a presença das companheiras do Fórum de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e da Paraíba e a atuação dos companheiros trabalhadores e sindicalistas na segurança do evento, já que estávamos apreensivas quanto à repressão policial”* (Francisca Eugênia do Nascimento - Comissão de Mulheres da CUT).

A repressão policial foi, infelizmente, um importante pano de fundo na Marcha das Mulheres. Dois ônibus que transportavam militantes até Fortaleza foram detidos e as ativistas ficaram no meio do caminho. Norma Collares (Associação de Alfabetizadores do BBeducar de Maranguape – AABEMPE-CE) foi bem explícita ao descrever o esquema de segurança: *“A alegria de sentir a energia de tantas mulheres vindas de outros estados, e até de estrangeiras, foi quebrada pelo clima de tensão e repressão na cidade, literalmente sitiada por policiais civis e militares. Áreas imensas com o tráfego bloqueado, uma excessiva e ostensiva “proteção aos convidados” da*

Conferência, em detrimento da liberdade de ir e vir assegurada pela Constituição de 1988. E mais: pela primeira vez a passeata das mulheres no Dia Internacional da Mulher foi proibida de ir até a Praça do Ferreira, no coração de Fortaleza e historicamente considerado o palco de grandes manifestações ... Parecia que estávamos em estado de sítio com tantos helicópteros ‘monitorando’ a concentração e todo o percurso da passeata”.

Apesar desse desvio de rota, a Marcha das Mulheres percorreu várias ruas do centro de Fortaleza, “expressando abertamente as idéias das mulheres organizadas a respeito do BID, do FMI e da política internacional” (Maria do Socorro Silva, SOS Corpo-PE). O Manifesto pela Justiça de Gênero no Desenvolvimento foi distribuído à população, bem como a Carta das Mulheres Cearenses, escrita por várias instituições do Estado especialmente para o 8 de março. Veja, em seguida, o texto da Carta na íntegra.





CARTA DAS MULHERES CEARENSES

O neoliberalismo tem acelerado a pobreza e a exclusão social em todo o mundo. (...) No Ceará a violência contra a mulher tem causado danos irreversíveis à saúde física, à integridade e a auto-estima da nossa população feminina. Nossa cidade detém o triste recorde de ser a capital do *prostiturismo*, com maior evidência na prostituição de crianças e adolescentes. Meninas cearenses são constantemente desrespeitadas e violadas em seu direito de ter uma infância feliz. O caso de Santana do Acaraú nos mostra o desrespeito e a hipocrisia de alguns setores da sociedade, quando tentam mascarar a atitude de um frade que abusou sexualmente de 21 mulheres adolescentes em troca de roupa e comida, as quais passaram a ser apontadas como culpadas de ter ‘asse-diado’ o pároco. Essa inversão de valores nega os direitos conquistados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Neste ano de 2002, a cidade de Fortaleza será palco da 43^a Assembléia Anual de Governadores do BID, que se reúne para aprovar novos acordos e discutir seu plano de ação para a integração da infra-estrutura regional da América do Sul. O FÓRUM DE MULHERES CEARENSES entende que este é um momento especial, onde se poderá fazer uma ampla articulação com outras organizações e movimento de mulheres do Brasil e da América Latina, no sentido de denunciar a situação de exclusão, exploração e opressão, além de protestar contra as políticas neoliberais que orientam as ações do FMI, BID e Banco Mundial, com sua política de ajuste que vêm aumentando a injustiça social, a pobreza, a violência e todas as formas de exclusão social.

MULHERES NA LUTA PELOS DIREITOS TRABALHISTAS, CONTRA O IMPERIALISMO, A POBREZA E A VIOLÊNCIA! ■

FÓRUM DE MULHERES CEARENSES

Casa Lilás, Centro Popular da Mulher, Comissão de Mulheres da CUT-CE, Elo Feminista, ESPLAR, FBFF, GAAC, Instituto Terramar, Instituto Terrazul, Mov. de Mulheres Negras, NAVE, NEGIF, Secretaria de Mulheres do PT-CE, Coletivo de Mulheres da FETRAECE, UBM, AABEMPE.

APOIO Iniciativa de Gênero



Contextos



■ Fórum paralelo

Manifestações diárias, com direito a caravanas e panelaço. É o que prometem os movimentos antiBID. Através de panfletos eles articulam para hoje, às 9 horas, um protesto em frente ao Centro de Convenções



Um mundo justo

Mulher e o BID

A Carta das Mulheres Cearenses, divulgada no Dia Internacional da Mulher, 8 de março, faz alusão à realização da 43ª Assembléia Anual de Governadores do BID, em Fortaleza. Entende "que este é um momento especial, onde se poderá fazer uma ampla articulação com outras organizações e movimento de mulheres do Brasil e da América Latina, no sentido de denunciar a situação de exclusão, exploração e opressão, além de protestar contra as políticas neoliberais que orientam as ações do FMI, BID e Banco Mundial, com sua política de ajuste que vêm aumentando a injustiça social, a pobreza, a violência e todas as formas de exclusão social".

A Jornada Feminista pela Justiça de Gênero no Desenvolvimento esteve inserida no marco de uma série de mobilizações da sociedade civil em protesto contra a 43ª Assembléia Geral do BID, realizada em Fortaleza entre os dias 7 e 13 de março. Como se sabe, os últimos anos têm sido marcados por uma intensificação das manifestações contrárias à globalização neoliberal pelo mundo afora. A sociedade civil vem construindo uma agenda paralela à agenda oficial das grandes potências e dos organismos multilaterais, incluindo a abertura de espaços de debates sobre novos modelos de desenvolvimento, como é o caso do Fórum Social Mundial. Acompanhar os encontros desses organismos faz parte dessa estratégia de resistência. Foi isso que aconteceu em Fortaleza, com a realização de debates e atos públicos que contracenaram com a Assembléia do BID. Na programação do Fórum Social Mundial de 2002, as mobilizações do Ceará figuravam como uma das “estações” do processo (Cf. página web do Fórum Social Mundial).

Várias organizações coordenaram a realização da agenda paralela em Fortaleza: Rede Brasil sobre IFMs, Abong-CE, Instituto Terramar, Esplar, Centro de Pesquisa e Assessoria, CUT-CE, MST, Fetraece-Federação dos Trabalhadores da Agricultura, Federação de Bairros e Favelas, Ceraf Periferia, Pastorais Sociais, ADITAL- Comunicação e Cultura, UNE, Juventude Alternativa Socialista, Fórum de Mulheres Cearenses, Instituto Terrazul, Rebrip, Movimento dos Atingidos por Barragens e Rede de Advogados Populares. Alguns deputados estaduais e uma vereadora deram seu apoio aos debates e reivindicações.



e solidário é possível

As mobilizações foram amplamente noticiadas pela imprensa alternativa (AnotE, Agência de Notícias France Express, Adital, Agência Carta Maior, Boletim Eletrônico da Abong), receberam espaço razoável nos jornais locais (O Povo, Diário do Nordeste) e também chegaram aos jornais de circulação nacional (Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo). Igualmente, as mobilizações das mulheres chamaram a atenção da imprensa, sobretudo da mídia alternativa.



Polícia e manifestantes se enfrentam no CE

ENRIQUE FERREIRAS
repórter do O Dia

Um confronto com cerca de 4.000 manifestantes e um policiamento de elite da Força de Choque da Polícia Militar do Ceará ocorreu ontem durante reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

presidente e dos participantes do encontro, foi decretado estado de emergência em todas as áreas das universidades e o comércio fechou à noite no ponto.

Apesar de não ter sido o primeiro, que ocorreu anteriormente no país, a manifestação foi considerada uma das maiores da história.



Polícia e integrantes de grupos ativistas se enfrentam durante protesto contra a reunião do BID, ontem, em Fortaleza.

Agenda paralela mobiliza a cidade

Sites na internet, pichações pela cidade, plenários, reuniões de última hora, programação afilada e um reforço numérico vindo de várias regiões do Estado e do País. A partir de hoje, chamado geral para criticar, discutir e protestar contra as ações do BID no Brasil. Para eles, hora de mostrar a outra face das multilaterais.

anunciado que participaria com um representante do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

anunciado que participaria com um representante do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Na noite de domingo, de acordo com o site do PTB, a polícia reagiu com cassetes e bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os manifestantes usavam pedras.

Rede Brasil faz críticas à atuação do Banco

Forte crítica. Apesar de não ter sido o primeiro, que ocorreu anteriormente no país, a manifestação foi considerada uma das maiores da história.

Mundial (BID) e Fundo Monetário Internacional (FMI). "A proposta é promover desinvestimentos em países pobres e em desequilíbrio por meio de empréstimos a juros muito altos. O BID não dá dinheiro. É um fundo de recursos de governos como o 'Global Fund', que não dá dinheiro para o Brasil e para o Nordeste. Magnólia Ruiz, coordenadora da Rede Brasil no Norte e Nordeste, afirmou que não há a menor intenção de ajudar a situação do BID. "Não há quem não queira a revitalização do Brasil", disse. Para as coordenadoras, o BID se situa no mesmo patamar de outras instituições como o Banco

Mundial (BID) e Fundo Monetário Internacional (FMI). "A proposta é promover desinvestimentos em países pobres e em desequilíbrio por meio de empréstimos a juros muito altos. O BID não dá dinheiro. É um fundo de recursos de governos como o 'Global Fund', que não dá dinheiro para o Brasil e para o Nordeste. Magnólia Ruiz, coordenadora da Rede Brasil no Norte e Nordeste, afirmou que não há a menor intenção de ajudar a situação do BID. "Não há quem não queira a revitalização do Brasil", disse. Para as coordenadoras, o BID se situa no mesmo patamar de outras instituições como o Banco



MAGNÓLIA RUIZ, coordenadora da Rede Brasil no Norte e Nordeste, diz que as manifestações serão pacíficas

As atividades de mobilização da sociedade civil começaram no dia 6 de março, com a celebração da Plenária Geral da Juventude e da IV Reunião Nacional da Iniciativa de Gênero, que se estendeu até o dia 7. Os estudantes aproveitaram a oportunidade para reivindicar um ensino público gratuito e de qualidade, voltado para os interesses do povo. No dia 7 de março, realizaram a Marcha da Juventude. No mesmo dia aconteceram uma Oficina da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip) sobre o Livre Comércio, com participação de 60 ONGs, e um debate sobre o BID e as políticas de desenvolvimento para o Nordeste. A abertura oficial das mobilizações da sociedade civil aconteceu às 18 horas do dia 8 de março, em ato público realizado após a passeata das mulheres.

Nos quatro dias que se seguiram à abertura, foram realizados três seminários abordando questões sobre desenvolvimento na América Latina. A Rede Brasil organizou um deles, intitulado "Os Impasses do Desenvolvimento e o Papel das Multilaterais na América Latina". Na mesma data, foi realizado o "Seminário Latino Ame-

ricano: BID e Serviços Públicos – monitorando os projetos de privatização", no hotel Othon Palace. A Internacional dos Serviços Públicos organizou os debates.

Por fim, o "Seminário Internacional ALCA – Mercosul e Endividamento" foi promovido pela Comissão Parlamentar conjunta do Mercosul e pela Assembléia Legislativa do Ceará. O presidente da referida Assembléia, deputado Wellington Landim (PSB), lembrou: "Cabem ao parlamento o exame e a decisão sobre os compromissos que, em nome dos cidadãos, são assumidos pelos agentes do Poder Executivo, bem como avaliar a qualidade do apoio que os organismos internacionais de natureza técnica, financeira e comercial estão oferecendo ao desenvolvimento da América Latina" (em depoimento ao jornal "O Povo", 12/02/02). O Seminário aconteceu nos dias 11 e 12 de março, na Assembléia Legislativa e culminou com a assinatura da Declaração de Fortaleza, um documento que contém propostas voltadas para uma nova ordem econômica na América Latina. Contou com a presença de parlamentares sul-americanos, representantes do Brasil, Argentina, Paraguai,

Chile, Bolívia, e dos parlamentos Andino e Centro-Americano. O ex-presidente argentino e atual senador Raul Alfonsín também esteve presente (O Povo, 11/03/02).

Maior visibilidade que os seminários tiveram as manifestações e atos públicos nas ruas. Ao todo, o Diário do Nordeste (10/03/02) contabilizou 42 eventos paralelos. Um dos atos públicos mais destacados na imprensa foi a Marcha contra o BID e o Capitalismo, no dia 11 de março, coincidindo com a abertura oficial da 43ª Assembléia Anual dos Governadores do BID. Uma multidão estimada pela imprensa entre duas e quatro mil pessoas caminhou em manifestação pelas ruas centrais da cidade. Houve violenta repressão policial e os manifestantes não conseguiram chegar ao local do evento. Apenas 15 pessoas driblaram a segurança e chegaram a 25 metros da entrada, onde estenderam uma faixa com a expressão “BID é barbárie” (Diário do Nordeste 12/3).

No dia 12 de março, o Movimento de Atingidos por Barragens promoveu ato público. As ações foram encer-

radas no dia 13 de março, coincidindo com o término da Assembléia de Governadores do BID. Na Faculdade de Direito da UFC, foi realizado um julgamento do BID e houve também um vassouração para “limpar a cidade”.

Vários meses se passaram desde a Jornada e as mobilizações da sociedade civil. Hoje, podemos dizer que as mobilizações trouxeram para o debate público questionamentos importantes sobre os impactos e resultados dos financiamentos do BID e das outras IFMs. Além disso, as mobilizações em Fortaleza reforçaram o movimento internacional anti-globalização, que vem realizando manifestações e eventos paralelos aos encontros de cúpula e dos organismos multilaterais há vários anos. Por fim, a sociedade civil, contestando o discurso oficial de otimismo sobre a Assembléia do BID, conseguiu quebrar o “clima de festa e confraternização” que o governo do Ceará queria promover na capital, politizando o debate e problematizando o sentido das políticas de desenvolvimento. ■

BREVES

Mulheres protestarão sobre impacto negativo
A segurança tem sido a preocupação dos organizadores dos eventos paralelos programados para o período. Nílze Costa e Silva, do Fórum de Mulheres Cearenses, diz que há seis anos a marcha no Dia Internacional das Mulheres é realizada na cidade. Esse ano, pelo menos 4 mil mulheres vão participar. “A gente vai falar do impacto negativo das ações do BID sobre a vida das mulheres, mas estamos preocupadas com a possibilidade de repressão ou ocupação da praça onde será a tribuna livre. Queremos exercer o direito ao pensamento divergente”.

Definido o programa de comunidades civis
Na sede do Centro de Pesquisa e Assessoria (Esplar), representantes de entidades da sociedade civil fecharam ontem a programação final que, debater, criticar e protestar contra a forma de ação do BID e de outros bancos multilaterais no País. Na agenda de uma semana de atividades, dois dias especiais são concentrar esforços das manifestações: próxima sexta-feira, Dia Internacional da Mulher, segunda-feira, quando acontecerá a primeira plenária da assembléia governadores do BID.

Vida Urbana

Mulheres vão às ruas em busca de direitos

Passeata, que mobilizou cerca de quatro mil manifestantes, acabou engarrafando o trânsito no Centro

O movimento de mulheres que tem, até hoje, uma pauta de reivindicação, no BID, de desenvolvimento, das políticas sociais baseadas na privatização de serviços e na redução da desigualdade social.

Neste dia, cento e cinquenta mulheres participaram da passeata. Elas saíram da sede do BID, no Centro, e foram para a praça da Prefeitura, onde se reuniram com representantes de outras organizações da sociedade civil. As mulheres foram para a praça da Prefeitura, onde se reuniram com representantes de outras organizações da sociedade civil.



MULHER NA LUTA CONTRA O MACHISMO E A VIOLENCIA

GRUPO DE MULHERES CONTRA O MACHISMO E A VIOLENCIA

EDITORIAL MULHERES SE MOBILIZAM PARA SEU DIA INTERNACIONAL

A mobilização das mulheres

A comemoração do Dia Internacional da Mulher, na próxima dia 8, vai coincidir com o período de realização do encontro da Aliança Interamericana de Desenvolvimento (BID), em Fortaleza. Embora denúncias de

deviam ser bem substantiadas, para não deixar brechas a eventual contestação. Realmente, o que tem feito mulheres a posição em casos dessa natureza é a desproporção crônica da polícia para fazer uma intervenção criminal bem feita, que não abre a possibilidade

de diálogo com que se depara a condição feminina na sociedade cearense (que nada tem de diferente do que ocorre no resto do Brasil), a não ser, talvez, na forma como a resposta é dada.

É preciso ter em conta que a falta de punição tem provocado insatis-

Assim - 1º Seminário Paralelo da Assembleia Legislativa promove seminário paralelo

O primeiro seminário paralelo da Assembleia Legislativa do Ceará, promovido pelo Grupo de Mulheres Cearenses, será realizado no dia 12 de março, às 14h, na sede da Assembleia Legislativa, no Centro da cidade.

O evento será aberto ao público e terá como tema: "O papel da mulher na sociedade cearense".



Redação: Mônica Franch

Coordenação editorial: Silvia Camurça

Revisão: Sérgio Augusto Silveira

Projeto gráfico: Carlos Pellegrino

**Fotos: cedidas por integrantes dos Fóruns de Mulheres de
Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, e MMTR-NE.**

Edição: Centro das Mulheres do Cabo

Impressão: ????????????????

Realização: Iniciativa de Gênero

Apoio: Cese, Intermón e Novib